DECISÃO SINGULAR DSG - G.RC - 4528/2016

PROCESSO TC/MS	: TC/5237/2015
PROTOCOLO	: 1579208
ÓRGÃO	: MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE/MS
RESPONSÁVEL	: GILMAR ANTUNES OLARTE
TIPO DE PROCESSO	: CONCESSÃO DE APOSENTADORIA
RELATOR	: RONALDO CHADID

CONCESSÃO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. PROVENTOS PROPORCIONAIS. REQUISITOS LEGAIS ATENDIDOS. FEITO INSTRUÍDO EM CONFORMIDADE COM A IN/TCE/MS Nº 35/11. DOCUMENTOS ENCAMINHADOS TEMPESTIVAMENTE. REGISTRO.

A fim de cumprir o estabelecido no art. 34, da Lei Orgânica desta Corte de Contas, aprecio, para fins de registro, a aposentadoria voluntária por tempo de contribuição concedida a GUILHERMINA GOMES PIRES, nascida em 31/12/50, ocupante do cargo de agente de combate a endemias, Matrícula 37876702, Referência 4, Classe C, lotada na Agência Municipal de Prestação de Serviços à Saúde**.**

De posse do caderno processual, considerando a regularidade da documentação a Inspetoria de Controle Externo de Atos de Pessoal emitiu a Análise nº 47/2016 sugerindo o registro da aposentadoria acima identificada.

A seguir, os autos foram encaminhados ao Ministério Público de Contas que emitiu o Parecer nº 6978/2016 opinando, também, pelo registro do ato de pessoal em apreço.

É o relatório.

Passo às razões da decisão.

Ao analisar os autos referentes à aposentadoria de Guilhermina Gomes Pires verifico que foram cumpridos os requisitos legais e formais e foi concedida com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, com base nos arts. 24, I, *"d"*, 33, 70 e 72, todos da Lei Complementar nº 191/2011, e art. 40, § 1º, III, *"b"*, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda

Constitucional nº 41/2003, conforme Decreto "PE" nº 170/2015, publicado no DIOGRANDE nº 4.192, de 20 de janeiro de 2015.

A documentação apresentada foi remetida tempestivamente e seus elementos constitutivos estão em consonância com o exigido na IN/TCE/MS nº 35/2011.

Diante do exposto, acolho o parecer do Ministério Público de Contas e **DECIDO** pelo **REGISTRO** da aposentadoria concedida a GUILHERMINA GOMES PIRES, nos termos dos arts. 24, I, *"d"*, 33, 70 e 72, todos da Lei Complementar nº 191/2011, e art. 40, § 1º, III, *"b"*, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, conforme Decreto "PE" nº 170/2015, publicado no DIOGRANDE nº 4.192, de 20 de janeiro de 2015.

É a decisão.

Publique-se.

Campo Grande/MS, 20 de maio de 2016.

Ronaldo Chadid
Conselheiro Relator

ASP